

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC OZIEL MARÇAL DE AGUIAR

GUERRA DO GOLFO:  
o uso da Informação durante a Primeira Guerra do Golfo

Rio de Janeiro

2019

CC OZIEL MARÇAL DE AGUIAR

GUERRA DO GOLFO:  
o uso da Informação durante a Primeira Guerra do Golfo

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF THOMAZ

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me tornar um homem melhor a cada dia e pelas bênçãos concedidas a minha família.

À minha amada esposa Alessandra, pelo sacrifício, apoio e dedicação que me permitiram realizar este trabalho.

À minha filha Maria Clara, pela compreensão da minha ausência e pela motivação que o seu carinho me deu.

Ao CF (RM1) Nagashima, pelo apoio, pelas orientações e pela disponibilidade.

Ao CF Thomaz, pela compreensão e pela orientação prestada.

## RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar se o uso da informação durante a Primeira Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991) pelos Estados beligerantes e pela Imprensa estavam em sintonia com as ferramentas teóricas sobre Operações de Informação e Meios de Comunicações. A relevância do tema reside na oportunidade de entendermos como se deu o uso da informação, possibilitando uma reflexão para uso em futuras operações. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica, com o objetivo de verificar a forma como as informações, propagadas pelos Estados beligerantes na Guerra do Golfo e pela imprensa, foram divulgadas. O trabalho apoiou-se no conceito de Comunicação Social, Operações Psicológicas, Meios de Comunicações em Massa e *Gatekeeper*, ferramentas utilizadas no trato e divulgação da informação. Após inter-relacionar a teoria com os dados levantados, concluiu-se que a informação, propagadas pelos beligerantes e pela imprensa, foram divulgadas de forma parcial e incompleta.

**Palavras-chave:** Operações de Informação. Meios de Comunicações. Imprensa. Primeira Guerra do Golfo. Informação.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2</b>	<b>CONCEITUAÇÃO TEÓRICA</b> .....	9
2.1	Histórico.....	9
2.2	Dimensão Informacional.....	11
2.3	Capacidade Relacionada à Informação (CRI).....	12
2.3.1	Operações Psicológicas (OpPsc).....	12
2.3.2	Comunicação Social.....	14
2.4	Comunicação de Massa e <i>Mass Media</i> .....	15
2.5	Teoria do <i>Gatekeeper</i> .....	16
<b>3</b>	<b>PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO</b> .....	18
3.1	Antecedentes do Conflito.....	18
3.2	A invasão do Kuwait.....	20
3.3	Operação Escudo do Deserto.....	22
3.4	Operação Tempestade do Deserto.....	25
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DO USO DA INFORMAÇÃO</b> .....	33
4.1	Análise do uso da informação para legitimar a invasão.....	33
4.2	Análise do uso da informação durante o conflito.....	34
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	39
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42

## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, algo tão comum como a divulgação de informações pelos meios de comunicações como televisão, jornais, revistas, rádio e internet, se tornou passível de questionamentos por parte dos membros da sociedade. Isso se deve ao fato de haver um emissor capaz de propagar a notícia sob o seu ponto de vista e buscar um enfoque orientado a um determinado público-alvo.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho tem o propósito de apresentar uma análise do uso da informação durante a Primeira Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991). A seleção do conflito se justifica pelo seu impacto na história, especificamente, porque houve a transmissão dos acontecimentos no campo de batalha, praticamente em tempo real, por redes de notícias privadas. Utilizaremos como arcabouço teórico, as atividades componentes da chamada Capacidade Relacionada à Informação, Comunicação Social e Operações Psicológicas, para possibilitar uma análise de como as informações foram tratadas pelos militares durante o conflito. Para reforçarmos a nossa análise, veremos como se deu a divulgação das informações no conflito, nos apoiando em duas teorias de uso no meio jornalístico, a Comunicação em Massa e o *Gatekeeper*, de forma a possibilitar ao leitor uma visão diferente do ambiente propriamente militar e enriquecermos a nossa pesquisa.

Diante disso, a relevância do estudo apresentado se reveste de uma importância singular, de forma que possamos ter um entendimento de como se deu o uso da informação, por parte dos governantes, militares e da imprensa, propagados pelos meios de comunicações em massa, possibilitando uma reflexão para uso em futuras operações.

Utilizaremos uma metodologia exploratória e dedutiva, baseada em uma pesquisa documental e bibliográfica, com o objetivo de responder a seguinte questão: a forma como as

informações, propagadas pelos Estados beligerantes na Guerra do Golfo e pela imprensa, foram divulgadas de forma imparcial e completa?

Tomaremos como hipótese ao questionamento que foram divulgadas de forma imparcial e completas.

A pesquisa será estruturada em uma introdução, que ora se transcreve, um capítulo com os conceitos teóricos, na sequência, será apresentado a descrição dos acontecimentos relativos ao período das hostilidades, um ponto analítico dos fatos relatados e uma conclusão.

No segundo capítulo, apresentaremos um breve histórico das Operações de Informação, a fim de inserir o leitor no ambiente informacional por onde se desenvolvem as ações e operações, que são capazes de influenciar os tomadores de decisões e o público-alvo. Conceituaremos também, as atividades e ferramentas utilizadas na realização da análise do conflito, que julgamos necessárias ao bom entendimento do nosso estudo.

No terceiro capítulo, serão expostas as causas que levaram o Iraque de Saddam Hussein a invadir o Kuwait, a evolução do desenrolar das hostilidades no campo diplomático, principalmente junto as Organizações das Nações Unidas (ONU) e da Liga Árabe, as operações militares conduzidas pelo Iraque e pela Força de Coalizão, lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA), na Operação Escudo do Deserto e na Operação Tempestade do Deserto e a participação da imprensa na cobertura do conflito.

No quarto capítulo, faremos uma análise, à luz dos conceitos teóricos apresentados no segundo capítulo, apontando como as ações e operações que aconteceram no teatro de operações e como elas foram relatadas, tanto pela força de coalizão quanto pela mídia independente, para que possamos subsidiar a validade da nossa hipótese de que a forma como a informação, propagadas pelos Estados beligerantes na Guerra do Golfo e pela imprensa, foram divulgadas de forma imparcial e completas.

Concluiremos a nossa pesquisa, no quinto capítulo, em que nos baseamos na possível relação entre os fatos apresentados no quarto capítulo, a validação da hipótese apresentada e as conclusões obtidas.

Dando continuidade ao trabalho, passaremos ao capítulo teórico, cujo conteúdo julgamos de suma importância para que possibilite ao leitor ser inserido no ambiente informacional e obtenha um arcabouço de conceitos e teorias necessárias a um bom entendimento da nossa pesquisa exploratória.



## 2 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, será realizado uma conceituação teórica, onde abordaremos alguns conhecimentos necessários sobre as Operações de Informação, com o objetivo de formar uma base teórica que possibilite uma análise da nossa argumentação.

Primeiramente, será apresentado um breve histórico da origem e dos conceitos de Operações de Informação necessários ao entendimento do ambiente operacional na qual a dimensão informacional opera. Em seguida, abordaremos as Capacidades Relacionadas à Informação, Comunicação Social (ComSoc) e Operações Psicológicas (OpPsc) e seus empregos em apoio às Operações de Informação. Finalmente, para que sejamos capazes de analisar a eficiência em informar e influenciar, apresentaremos o conceito de comunicação de massa e da teoria de *Gatekeeper*, empregados no ambiente jornalístico dos meios de comunicações como TV, jornais e revistas.

### 2.1 Histórico

A informação disponível no campo de batalha é, há muito tempo, objeto de análise pelos grandes estrategistas, conforme cita SUN TZU, em “A arte da guerra”:

Toda campanha militar repousa na dissimulação. Finge desordem. Jamais deixes de oferecer um engodo ao inimigo, para ludibriá-lo. Simula inferioridade para encorajar sua arrogância. Atiça sua raiva para mergulhá-lo na confusão. Sua cobiça o arremeterá contra ti e, então, ele se estilhaçará (CASSAL, 2000, p. 14).

Apesar de não constituir nenhuma capacidade inédita, a consciência informacional e a forma com que é feita a análise e a coleta das informações tiveram uma evolução

decorrente das revoluções tecnológicas dos meios empregados na obtenção, armazenamento, controle e uso dos dados necessários à condução das operações militares (BRASIL, 2018).

Inicialmente as Operações de Informação forma denominadas de *Command and Control Warfare*, pelas Forças Armadas norte-americanas, cujo propósito era o uso integrado de Operações Psicológicas, Fraude Militar, Segurança de Operações, Guerra Eletrônica e destruição física, apoiada mutuamente pela inteligência, para desinformar, influenciar, degradar ou destruir capacidades adversas de Comando e Controle, ao mesmo tempo que protege as nossas capacidades de Comando e Controle contra tais ações (EUA, 1996).

O termo Operações de Informação foi disseminado em 1996, na publicação do documento *Joint Vision 2010* pelo Departamento de Defesa dos EUA, que buscava dar o pontapé inicial no desenvolvimento de um conjunto de doutrinas militares e diplomáticas para uso e operação da informação desde o tempo de paz (BRASIL, 2018).

A evolução das Operações de Informação no âmbito das Forças Armadas norte-americanas foi desde a inclusão das atividades de Assuntos Cívicos e Comunicação Social, passando pela separação em Operações de Informação ofensivas e defensivas, em que evidenciava que a Comunicação Social não deveria ser empregada como dissimulação ou desinformação, a fim de não promover a descrença por parte dos públicos de interesse e culminando na definição atualmente empregada:

Emprego integrado da Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética, Operações Psicológicas, Dissimulação e Operações de Segurança, de acordo com o apoio e o relacionamento de capacidades específicas, para influenciar, romper, corromper ou controlar o processo decisório adversário, enquanto protege o seu próprio (GOMES, 2013, p. 29).

## 2.2 Dimensão Informacional

Tendo em vista o objetivo em apresentar os conceitos doutrinários previstos nas Operações de Informação (OpInfo), o Ambiente Operacional<sup>1</sup>, em que se desenvolvem as operações militares, é caracterizado por três dimensões: a física, a humana e a informacional. Como o foco da pesquisa é a dimensão informacional, usaremos como base que a dimensão informacional é a reunião dos elementos, composto por indivíduos, organizações e sistemas, no qual os decisores são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação (BRASIL, 2018).

Ainda no campo da dimensão informacional, cabe ressaltar que é nela que as Forças Armadas (FFAA) exercem o Comando e Controle (C2) para a divulgação da intenção do comandante e possibilitam que o fluxo e o conteúdo das informações sofram ações (EUA, 2014).

Para um melhor entendimento de como as OpInfo atuam nessa dimensão, torna-se necessário um conhecimento resumido das três perspectivas que integram a dimensão informacional: a física, a lógica e a cognitiva. A perspectiva física é composta pelas plataformas físicas, redes de comunicações, indivíduos e possui caráter multinacional. A perspectiva lógica é o ambiente que engloba onde e como as informações são obtidas, produzidas, armazenadas, protegidas e transmitidas. Já a perspectiva cognitiva é aquela que abrange a mente do pessoal responsável em obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação (BRASIL, 2018).

---

<sup>1</sup>Ambiente Operacional é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço em que atuam as forças militares e que afetam e interferem na forma como são empregadas (BRASIL, 2014, p. 27).

Assim, verificamos que o ambiente por onde a informação trafega é complexo e possui um sem-número de vulnerabilidades que, caso habilmente exploradas, podem acarretar em uma vantagem operativa frente ao adversário.

### **2.3 Capacidade Relacionada à Informação (CRI)**

Com a informação disponível, busca-se maximizar o seu uso em prol da força e minimizar o seu uso pelo adversário. As atividades ou ferramentas capazes de operacionalizar a informação, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional (física, cognitiva ou lógica), possuem a habilidade de afetar a capacidade de um adversário ou potencial adversário se orientar, obter, produzir e/ou difundir informações, em qualquer uma das perspectivas da dimensão informacional (BRASIL, 2014).

Dentre as diversas CRI, abordaremos aquelas que possibilitarão um melhor entendimento das ações desencadeadas pelas partes conflitantes e que nos auxiliarão no presente trabalho, como as Operações Psicológicas e Comunicação Social.

#### **2.3.1 Operações Psicológicas (OpPsc)**

De acordo com a publicação *Military Information Support Operations* (EUA, 2011), as OpPsc são usadas para estabelecer e reforçar as percepções externas sobre o poder militar, político e econômico dos EUA e em caso de conflito, são usadas como um multiplicador de força capaz de degradar o poder de combate do inimigo, reduzir as possíveis

interferências civis, minimizar os danos colaterais e maximizar o apoio da população local em prol das operações. Essas operações são realizadas de forma planejada e com o objetivo de transmitir informações selecionadas e induzir o público-alvo, buscando influenciar suas emoções, motivos, raciocínio lógico e, finalmente, o comportamento dos governos, organizações, grupos e indivíduos.

As OpPsc, também conhecidas por Operações de Apoio à Informação (OAI), são procedimentos técnico-especializados, aplicados de forma sistematizada, sendo capaz de influenciar o público-alvo de interesse, de modo que o comportamento manifestado seja favorável e apoiem a conquista dos objetivos estabelecidos (BRASIL, 2014).

Para alcançar o desígnio em influenciar a vontade do adversário, envolvendo-o em uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito, com a intenção de levá-lo à rendição, as OpPsc têm a capacidade de desenvolver: Propaganda; Contrapropaganda; Pesquisas de opinião pública; Análise dos Público-Alvo; Propostas para criação de temários<sup>2</sup>, contribuindo com a Comunicação Social (ComSoc); Obtenção de dados em coordenação com a Inteligência; e Apoio aos programas de prisioneiros de guerra e internados civis (BRASIL, 2018).

Ao verificarmos o objetivo e as capacidades das OpPsc, observamos que as OpPsc são ferramentas capazes de influenciar todos os elementos que compõe o ambiente operacional, militar ou civil, e são aplicáveis na perspectiva cognitiva da dimensão informacional.

---

<sup>2</sup> Temas a serem discutidos em seminários, congressos e apresentações de diversas naturezas.

### 2.3.2 Comunicação Social

O conjunto de atividades desenvolvidas com o intuito de influenciar a opinião pública, buscando garantir a correta percepção da instituição e a sua aceitação pela sociedade é denominado de Comunicação Social (ComSoc). É responsável pela divulgação proativa de informações precisas para audiências domésticas e internacionais, contextualizando as operações, propiciando percepções, minando a propaganda adversária e ajudando a atingir os objetivos nacionais, estratégicos e operacionais (BRASIL, 2018).

É por meio das atividades de Relações Públicas, Informações Públicas e Divulgação Institucional, que o Exército Brasileiro estabelece que a ComSoc deverá manter o público interno e externo informados (BRASIL, 2014).

Entende-se por Relações Públicas (RP) a atividade que busca o ajustamento e a interação entre a instituição e seus públicos de interesse. Possui como principais objetivos a divulgação da imagem da instituição para o público interno, por reconhecer que uma Força bem informada reforça a coesão, a disciplina e o seu estado de prontidão, e para o público externo, a fim de informá-lo adequada e oportunamente sobre o Exército, obtendo assim, aceitação e contribuindo para a conquista de credibilidade (BRASIL, 2014).

Ainda no âmbito das atividades de ComSoc, as Informações Públicas (Info Pub) são responsáveis pela divulgação dos assuntos da Força para o público externo. Suas principais atribuições são informar e responder aos questionamentos dos diversos públicos externos à Instituição, em particular os órgãos de mídia. Para atingir esse objetivo, as Info Pub abrange, principalmente, os meios de comunicação e audiências-chave para transmitir temas e mensagens, por meio de notícias e informações de interesse público, bem como são capazes

de fornecer mensagens de reforço para outras CRI e cooperar com uma abrangente Comunicação Estratégica<sup>3</sup> (BRASIL, 2014).

O conjunto de atividades que implica na elaboração de produtos de ComSoc e na disseminação da imagem do Exército é chamado de Divulgação Institucional. Essas atividades se utiliza dos veículos de comunicação e dos canais de distribuição para levar os seus produtos ao público-alvo. Uma atenção especial deve ser dada pelos planejadores das mensagens e produtos, a fim de não perder oportunidades em divulgar a Instituição, visando a manutenção de um vínculo entre a Força e a sociedade (BRASIL, 2014).

Diante desses conceitos, podemos deduzir que as FFAA possuem uma atenção especial, durante seus planejamentos operacionais, no que diz respeito a forma de transmitir suas mensagens de interesse, a interação com os meios de divulgação e o que divulgar para angariar o apoio do seu público-alvo.

#### **2.4 Comunicação de Massa e *Mass Media***

A comunicação de massa é uma forma de divulgar mensagens de interesse, com a utilização de dispositivos tecnológicos, a um grande número de pessoas, a fim de transmitir uma informação. Para alcançar esse objetivo, é utilizado um sistema que engloba organizações amplas, complexas, com grande número de profissionais e uma extensa divisão do trabalho. Esse método, entretanto, possui a ambivalência da comunicação, que é o processo de transmissão e recepção de mensagens entre transmissor e receptor, pois informa as pessoas

<sup>3</sup> Comunicação Estratégica (Com Estrt) - Abordagem conjunta de governo, impulsionada por processos interagências e de integração de esforços focados em comunicar eficazmente a estratégia nacional. Os elementos e estruturas que programam a orientação estratégica, tanto interna como externa às forças do Exército, não só devem entender e estarem cientes da articulação dos objetivos de Op Info da Força, mas também devem trabalhar em estreita colaboração interagências, a fim de garantir a plena coordenação e sincronização dos esforços do Estado Brasileiro (BRASIL, 2014, p. 4).

sobre os acontecimentos, seja local ou mundial, e, não é capaz de estabelecer relações interativas com as pessoas (WOLF, 2003).

Os principais instrumentos utilizados para levar as informações ao público-alvo, são os chamados *mass media*, ou mídia de massa, como o rádio, a televisão e o jornal. Esses meios de comunicação podem ser usados tanto para levar informações úteis como para induzir comportamentos (WOLF, 2003).

Podemos observar nesses conceitos acima, que tanto o método quanto os meios, são passíveis de serem manipulados e sofrerem interferências, acarretando em uma possível parcialidade nas informações transmitidas com o objetivo de influenciar o seu público-alvo.

## **2.5 Teoria do *Gatekeeper***

Uma teoria aplicada no jornalismo é o *Gatekeeper*, cujo conceito atribui o poder de deixar passar a informação ou impedir sua divulgação a uma pessoa. Ou seja, ao se deparar com um grande número de acontecimentos, só viram notícias aquelas que passam por uma cancela ou portão (*gate* em inglês) e quem toma essa decisão é um tipo de porteiro (*gatekeeper* em inglês), que no caso jornalístico pode ser o próprio jornalista (PENA, 2015).

Para uma melhor compreensão e exemplificação dessa teoria, David Manning White, em 1950, realizou um estudo do fluxo de notícias dentro de uma estrutura organizacional dos jornais de uma cidade de cem mil habitantes. Seu objetivo era verificar e individualizar os possíveis pontos que funcionavam como cancelas. Após observar a atividade de um jornalista de meia-idade, com 25 anos de experiência profissional, responsável pela seleção das centenas de despachos de agências que chegavam diariamente à redação, anotou



os motivos que o levaram a rejeitar as notícias não utilizadas em um período de uma semana. Como conclusão, White verificou que as decisões do jornalista foram subjetivas e arbitrárias, dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper* (WOLF, 2003).

Dessa Forma, em que pese a imparcialidade dos meios de comunicações, é possível observar que podem ocorrer lacunas, de forma intencional ou não, nas informações divulgadas pelos *mass media*.

### **3 PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO**

Neste capítulo, após a apresentação teórica descrita no capítulo anterior, veremos como se processou o desenrolar dos eventos relativos ao conflito entre uma força de coalizão, lideradas pelos EUA, e o Iraque.

Faremos uso de uma abordagem histórica dos acontecimentos, mas seremos objetivos quanto a descrição dos fatos que antecederam o conflito e do desenvolvimento propriamente dito da Primeira Guerra do Golfo, e abordaremos, também, como essas informações foram divulgadas pelos meios de comunicações.

#### **3.1 Antecedentes do Conflito**

No início do século XX, as autoridades inglesas e turcas fixaram a fronteira entre o território do Império Otomano e o território do Kuwait, que se encontrava sob a proteção do Império Britânico. Porém, devido ao início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não foi possível a ratificação formal do acordo pelo Império Otomano (SCHUBERT; KRAUS, 1998), fazendo com que essa demarcação se tornasse passível de questionamentos futuros.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano se fragmentou em diversos territórios. As fronteiras delimitadas, pelas partes vencedoras, não levou em conta as áreas ocupadas por determinadas tribos e etnias. Um desses territórios, o Iraque, se tornou independente em 1932, e inicialmente, aceitou a linha divisória entre o Iraque e o Kuwait, estabelecida pelo ainda Império Otomano e a Grã-Bretanha, conforme relatado anteriormente. Entretanto, devido ao seu exíguo espaço de acesso ao Golfo Pérsico, cerca de 75 quilômetros

de costa, o Estado Iraquiano mantinha uma preocupação quanto a necessidade de aumentar esse acesso, acarretando em uma disputa constante por parte e, às vezes, pela totalidade do território Kuwaitiano (SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Após sucessivos golpes de Estado ocorridos no Iraque, finalmente em julho de 1968, o golpe perpetrado pelo General Ahmed Hassan al-Bakr (1914-1982) pôs fim a uma década de agitação política no Iraque. Cabe ressaltar que o General Hassan al-Bakr era tio de Saddam Hussein (1937-2006), e a sua chegada ao poder possibilitou o início da escalada do seu sobrinho aos postos mais importante, tanto no partido Baath quanto no governo estabelecido (DANNREUTHER, 1992).

Devido à falta de organização política e uma carência em obter a estabilidade necessária ao seu mandato, o general Hassan al-Bakr foi afastado do poder por Saddam Hussein, que estava confiante em sua base de apoio dentro do partido Baath para assumir o cargo de Presidente do Iraque, forçando a aposentadoria compulsório de seu tio (DANNREUTHER, 1992).

Ao assumir o poder no Iraque, Saddam Hussein implementou um regime interno de autoritarismo e repressão, como já havia dito em um pronunciamento no Serviço Doméstico de Bagdá, em 20 de março de 1971:

O comando revolucionário ideal deve direcionar efetivamente todo o planejamento e implementação. Não deve permitir o crescimento de qualquer outro centro de poder rival. Deve haver um comando agrupando e dirigindo os departamentos governamentais subsequentes, incluindo as forças armadas. (KARSH; RAUTSI, 2002. Tradução nossa)<sup>4</sup>

Em setembro de 1980, Saddam Hussein deu início às hostilidades contra os iranianos, realizando uma invasão do Irã. O conflito gerado, a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), foi tido por Saddam Hussein como uma oportunidade de obter uma coesão nacional

---

<sup>4</sup>“*The ideal revolutionary command should effectively direct all planning and implementation. It must not allow the growth of any other rival center of power. There must be one command pooling and directing the subsequent governmental departments, including the armed forces.*” (KARSH; RAUTSI, 2002)

necessária para legitimar o seu governo, conter a Revolução Islâmica no Irã e a tomada da região do Canal de *Shat al-Arab*, ampliando a saída do Iraque para o Golfo Pérsico (SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Como resultado desse conflito, o Iraque acumulou uma dívida estimada entre 65 e 80 bilhões de dólares e não obteve seu acesso ao Golfo Pérsico ampliado, ou seja, após oito anos de conflito contra o Irã, o território do Iraque terminou como começara (DANNREUTHER, 1992).

### **3.2 A invasão do Kuwait**

A guerra que ocorreu entre o Iraque e o Kuwait, no período compreendido entre agosto de 1990 a fevereiro de 1991, teve como alegação, por parte de Saddam Hussein, que o Kuwait estava prejudicando o Iraque no comércio de petróleo, vendendo o produto por preço e quantidades diferentes das estabelecidas pela OPEP<sup>5</sup> e a reivindicação histórica de parte do território Kuwaitiano que dizia pertencer ao Iraque e que assim possibilitaria um maior acesso ao Golfo Pérsico (SCHUBERT; KRAUS, 1998).

A estratégia usada, foi uma intensa campanha difamatória sobre o Kuwait, por parte da imprensa governamental de Bagdá, alegando que o país fazia parte do plano imperialista-sionista<sup>6</sup> contra o povo árabe e o Iraque, com o objetivo de influenciar o público interno a aderir a causa, e uma manobra de posicionamento de tropas junto à fronteira, com a alegação de estar apenas realizando exercícios militares (DANNREUTHER, 1992).

---

<sup>5</sup> Sigla em inglês OPEC, é a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que coordena e unifica as políticas petrolíferas dos seus Países Membros e assegura a estabilização dos mercados petrolíferos para assegurar um fornecimento eficiente, econômico e regular de petróleo aos consumidores, um rendimento estável aos produtores e um retorno justo sobre o capital para aqueles que investem na indústria do petróleo ([www.opec.org](http://www.opec.org). Tradução nossa.)

<sup>6</sup> Movimento de expansão e liderança de Israel sobre o Mundo Árabe.

Do outro lado do continente, o General H. Norman Schwarzkopf, Comandante do Comando Central dos Estados Unidos da América (sigla em inglês CENTCOM), cuja área de responsabilidade abrangia o Oriente Médio, terminava um exercício fictício, em julho de 1990, em que o cenário testado foi estranhamente parecido com o viria a ocorrer no mês seguinte, em que uma enorme força, com cerca de 300.000 homens, 3.200 tanques e 640 aviões de combate, atacariam a Península Arábica (PETRE, 1992).

No dia 2 de agosto de 1990, Saddam Hussein determina a invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas. A tomada da cidade foi realizada de forma rápida, devido ao enorme desbalanceamento de forças a favor do Iraque (DANNREUTHER, 1992). À época da invasão, o exército iraquiano era considerado o quarto maior do mundo, com uma tropa de 900.000 homens, tanques soviéticos, caças soviéticos, bombardeiros de longo alcance e diversos mísseis (PETER, 1992).

Era a primeira vez que ocorria uma agressão do Iraque a um território árabe, algo que destoava da ideologia de Saddam Hussein em manter a união dos povos árabes. Sabedor da possível resistência por parte do Mundo Árabe que isso poderia gerar, assim que a tomada do território kuwaitiano finalizou, foi instalado um governo provisional livre (BAZANTE et al., 1992).

Após a invasão do Kuwait pelo Iraque, a Organização das Nações Unidas (ONU) deu início a um processo de isolamento do Iraque, com promulgações de resoluções que continham determinações e prazos para a saída do Iraque do Kuwait, assim como imposições de sanções e embargos econômicos com o objetivo de asfixiar e demover Saddam Hussein em manter as tropas iraquianas no Kuwait e na sua anexação (BAZANTE et al., 1992).

Em paralelo a essas ações da ONU, os EUA não podia deixar que Saddam Hussein continuasse com seu programa expansionista no Oriente Médio, tomando a iniciativa

em estabelecer contato com a Arábia Saudita e oferecer proteção ao seu território. Após a autorização do Rei Fahd, foi dado início a Operação Escudo do Deserto (1990-1991), que tinha como objetivo o envio de tropas americanas para prover a defesa do território da Arábia Saudita (SCHUBERT; KRAUS, 1998).

### 3.3 Operação Escudo do Deserto

O envio das tropas americanas foi informado pelo Departamento de Defesa dos EUA como a maior concentração de força militar, desde a Guerra do Vietnã (1955-1975), como um sinal de que o Presidente George Bush estava disposto a enfrentar Bagdá em caso de agressão ao território da Arábia Saudita (BAZANTE et al., 1992).

A Liga Árabe<sup>7</sup> aprovou uma resolução que exigia o restabelecimento da soberania do Kuwait, no dia 11 de agosto de 1990, e apenas 12 dos 21 membros votaram a favor. Ato contínuo a aprovação dessa resolução, Saddam Hussein aproveitou que os líderes das nações árabes estavam divididos quanto ao apoio ao Iraque e divulgou um comunicado na rede de TV iraquiana, chamando os árabes e muçulmanos em todo o mundo para realizar a “Guerra Santa” contra os líderes da Arábia Saudita e libertar Meca e Medina. Alegava que a Arábia Saudita havia cometido uma heresia ao colocar Meca, cidade sagrada para os muçulmanos, e Medina, cidade onde se encontra o túmulo do profeta Maomé, sob a proteção de estrangeiros (BAZANTE et al., 1992).

De modo a sufocar economicamente o Iraque, foi imposto um bloqueio naval liderado pelos EUA. Como forma de se contrapor a essa ação, Saddam Hussein fechou a

---

<sup>7</sup> Criada em 1945, a Liga Árabe é formada por Estados Árabes e tem por objetivo reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre os seus membros, assim como mediar disputas entre estes.

fronteira do Kuwait e Iraque, ameaçando o bem-estar de 3.100 americanos e milhares de outros ocidentais, avisando que esses cidadãos serviriam como escudos humanos e seriam mantidos prisioneiros em bases militares iraquianas e em outros potenciais alvos dos bombardeiros americanos, advertindo que, por causa do embargo internacional ao comércio com Bagdá, a prioridade na alimentação seria para os soldados iraquianos e os cidadãos estrangeiros teriam que dividir o alimento remanescente, sendo essa austeridade aplicada até mesmo aos "bebês de famílias estrangeiras" (WATSON, 1990).

Com o passar do tempo, o envio de tropa norte-americana foi intensificado, chegando a iniciar dentro do Congresso dos EUA uma crítica quanto ao modo como o Presidente Bush estava conduzindo a crise. Parte dos congressistas demonstravam preocupação em que a Casa Branca decidisse sozinha uma ação militar no Iraque. Diante de tal fato, o porta-voz Marlin Fitzwater anunciou que “O Presidente respeitaria as exigências constitucionais e consultaria o Congresso em cada etapa da crise” (BAZANTE et al., 1992).

O General Normam Schwarzkopf, baseado nas teorias militares de Clausewitz<sup>8</sup> sobre centro de gravidade, assessorou o presidente que o comando e controle das tropas iraquianas era muito centralizado e concentrado no ditador Saddam Hussein e que se o mesmo fosse “silenciado”, os soldados perderiam a vontade de lutar (PETRE, 1992).

Embora o poder militar tivesse assessorado Bush para uma ação mais direta ao ditador iraquiano, coube ao poder político a decisão de buscar outra alternativa para se contrapor a propaganda de Saddam, que conclamava uma coalizão de árabes e muçulmanos para a “Guerra Santa”. Mantendo a mesma linha religiosa, Bush apelou a Platão e a São Tomás de Aquino para falar de “Guerra Justa”, "Esta não é uma guerra religiosa por sí", e

---

<sup>8</sup> Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz foi um estrategista militar do Reino da Prússia, autor do livro *Da Guerra (Vom Kriege)*.

acrescentou, "por outro lado, tem muito a ver com o que a religião encarna, o bem contra o mal, o direito contra a injustiça" (VALLS, 1991).

Em que pese as ofensivas verbais entre os líderes contendores, a busca da solução para a crise se mantinha no campo diplomático. Entretanto, os EUA continuava sua empreitada em angariar o maior número possível de Estados para a Força de Coalizão.

Embora não representasse um ataque direto entre os Estados beligerantes, as manobras militares se desenrolavam no terreno como uma forma de demonstrar algum tipo de ação passível de ser executada. De um lado, as tropas norte-americanas realizavam um desembarque de mais de dois mil fuzileiros navais na costa da Arábia Saudita, cerca de 15 quilômetros ao sul da fronteira com o Kuwait, do outro, o Iraque conduziam uma simulação de ataque químico com lançamentos de mísseis em seu território (BAZANTE et al., 1992).

No dia 29 de novembro de 1990, o Conselho de Segurança das Nações Unidas promulga a resolução 678/1990, em que autoriza o uso de todos os meios necessários ao restabelecimento das condições que o Kuwait se encontrava antes da invasão pelo Iraque, estabelecendo como prazo limite o dia 15 de janeiro de 1991 (BAZANTE et al., 1992).

Com um prazo estabelecido, o General Norma Schwarzkopf intensificou o posicionamento (FIG. 1) e preparação das forças de coalizão para uma operação defensiva. Com a aproximação do prazo final, sem uma solução diplomática encaminhada, o mês de dezembro foi utilizado para a realização, junto aos comandantes subordinados, dos estudos do plano de ataque (FIG. 2) (PETRE, 1992).



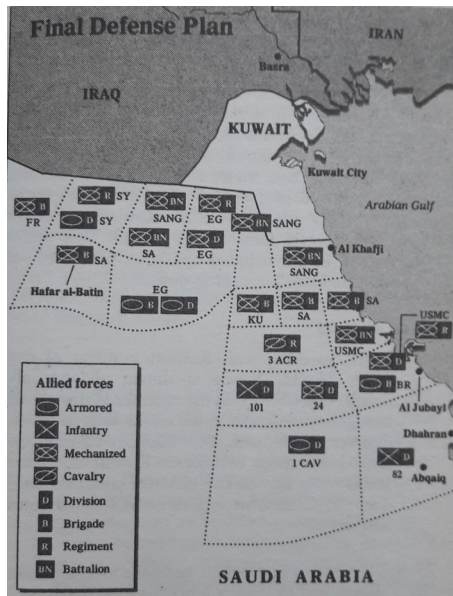


FIGURA 1- Plano Defensivo  
Fonte: PETRE, 1992, p. 405.

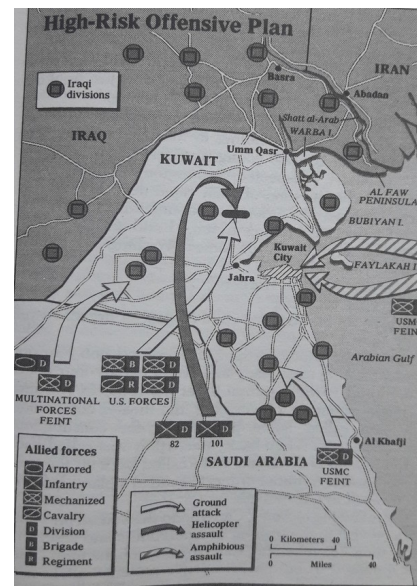


FIGURA 2- Plano Ofensivo  
Fonte: PETRE, 1992, p. 415.

### 3.4 Operação Tempestade do Deserto

Às 2h40 do dia 17 de janeiro de 1991, são disparados os primeiros tiros da Operação Tempestade do Deserto. Tal operação substituiu a Operação Escudo do Deserto e tinha como objetivo inicial da ofensiva, um ataque aéreo com a finalidade de destruir as instalações de radares de alarme antecipado e o centro de comando de defesa aérea, possibilitando a abertura de um corredor seguro para os bombardeiros lançarem suas bombas contra Bagdá. Uma consequência dessa ofensiva foram que as transmissões de TV e rádio ocidentais perderam as comunicações com seus correspondentes em Bagdá (PETRE, 1992).

O início do ataque foi noticiado pela edição do Jornal Nacional do dia 17 de dezembro de 1991. Durante a chamada da notícia, foi dito pelo apresentador do telejornal que “a aviação aliada despeja uma chuva de bombas no Iraque na maior ofensiva aérea de todos

os tempos” e “o mundo inteiro ficou sabendo do início da guerra pela televisão”, fazendo uma retransmissão do canal de notícia da CNN<sup>9</sup> (MARTINS, 2010).

Em que pese a Operação Tempestade do Deserto ter sido faseada em quatro etapas, a saber: obter a supremacia aérea e incapacitar o comando e controle do Iraque; destruir alvos que pudessem conter armas de destruição em massa (nuclear, biológica e química); campanha de bombardeio no Kuwait para perturbar, desmoralizar e destruir o máximo possível dos 400 mil soldados que ocupam o Kuwait; desenvolver uma campanha terrestre destinada a cercar, isolar e derrotar as forças de ocupação iraquianas no Kuwait (PETRE, 1992), fica latente a preponderância das ações aéreas como um fator capaz de desbalancear a guerra a favor da Força de Coalizão.

Toda essa concentração, na ofensiva aérea, precisava ser respaldada por um resultado vantajoso. O General Normam Schwarzkopf, informou aos repórteres na Arábia Saudita sobre o progresso das operações aéreas após as duas primeiras semanas, dando a impressão de que as forças aliadas estavam conseguindo um importante sucesso militar em isolar e enfraquecer a Guarda Republicana com centenas de bombardeamentos diários, conforme relatos dos pilotos: “o bunker<sup>10</sup> explodiu diante dos meus olhos” (PETRE, 1992).

Essa ofensiva foi propagandeada como uma guerra das bombas “inteligentes” e dos bombardeios cirúrgicos, demonstrando todo o aparato tecnológico estadunidense e dos seus aliados. A imagem resultante da Guerra do Golfo foi a de uma guerra limpa, com um número inexpressivo de mortos. Pela primeira vez na história, bombas e mísseis guiados desempenharam um papel decisivo na guerra, abrindo caminho para a invasão do Kuwait e do Iraque. Com a ajuda deles, os Estados Unidos e seus aliados enfraqueceram criticamente o quarto maior exército do mundo enquanto sofriam baixas surpreendentemente leves durante o

<sup>9</sup> Cable News Network é um canal de notícias estadunidense.

<sup>10</sup> Estrutura ou reduto fortificado, parcial ou totalmente subterrâneo, construído para resistir aos projéteis de guerra.

mês da guerra aérea. Até pequenos alvos blindados, como tanques e transportadores de pessoal, antes quase impossíveis de destruir com bombas, agora foram vítimas da precisão das novas bombas. A mesma precisão reduziu substancialmente os danos acidentais que, de outra forma, teriam atingido os edifícios civis (BROWNE, 1991).

Apesar de toda essa divulgação positiva, a ofensiva aérea não foi capaz de promover a baixa no exército iraquiano necessária para uma ofensiva terrestre mais segura. Depois de quase três semanas de bombardeio pesado, os EUA e as forças aliadas no Golfo Pérsico não enfraqueceram substancialmente a eficácia de combate das forças terrestres da Guarda Republicana, a tropa de elite iraquiana, que estavam estacionadas no norte do Kuwait e no sul do Iraque, conforme relataram alguns funcionários do Pentágono (PETRE, 1992).

A resposta à ofensiva aérea contra o Iraque, foi realizada por meio de um ataque a Israel, com o claro objetivo de expandir o conflito a todo Oriente Médio e obter o apoio dos Estados Árabes que não haviam se posicionados a favor do Iraque. O grande temor dos aliados era que Saddam Hussein usasse armas químicas durante seu ataque a Israel, conforme declaração “Bagdá decidirá quando usar armas químicas” (BAZANTE et al., 1992).

Após uma intensa batalha diplomática por parte dos EUA junto a Israel para não realizar um ataque contra o Iraque, pois a sua entrada no conflito poderia de fato gerar um apoio de Estados Árabes ao Iraque, o Ministro de Relações exteriores de Israel se pronunciou, “Israel tem o direito de responder a agressão do Iraque, no momento e da forma que julgamos mais oportuna para a defesa de nossos cidadãos” (BAZANTE et al., 1992).

As reclamações da mídia sobre a imprecisão e acessibilidade aos comandantes dos EUA, incomodaram o General Normam Schwarzkopf, que tratou de preparar algumas regras para as entrevistas futuras, estabelecendo as seguintes diretrizes para o comportamento diante da imprensa: “não deixe que eles te intimidem; “você sabe muito mais sobre o que está

acontecendo do que eles”; “não há lei que diga que você precisa responder a todas as perguntas”; e “não responda a qualquer pergunta que em seu julgamento ajudaria o inimigo”. Porém, percebeu que as diretrizes estavam muito defensivas, e refletindo sobre as lições do passado, em especial a guerra do Vietnã, onde o público americano se sentiram enganados por divulgações falsas sobre a contagem de mortos e excesso de otimismo nas ações realizadas, determinando a regra mais importante, “nunca minta para o povo estadunidense”. Tal orientação, decorreu da crença na fala do General Creighton Abrams: “Más notícias não ficam melhor com a idade”, onde ele acreditava que se ele falasse a verdade, o público saberia como pesar o que eles ouviram e manteriam as notícias em perspectiva (PETRE, 1992).

Em paralelo aos conflitos armados, o Presidente George Bush, tinha autorizado a CIA<sup>11</sup> e a DIA<sup>12</sup> a promover uma campanha de desmoralização do regime de Saddam Hussein, junto aos soldados e a população civil. Uma possível ação foi a criação de uma estação de rádio clandestina, a Voz do Iraque Livre, que exortava veementemente o povo iraquiano a se levantar contra o presidente Saddam Hussein, apelando para o Exército iraquiano abraçar a causa popular e lançou diversos panfletos em território inimigo, com a temática a “Onda Gigante” da coalizão (FIG. 3) (BAZANTE et al., 1992).

---

<sup>11</sup> Agência de Inteligência dos EUA.

<sup>12</sup> Agência de Inteligência de Defesa dos EUA.

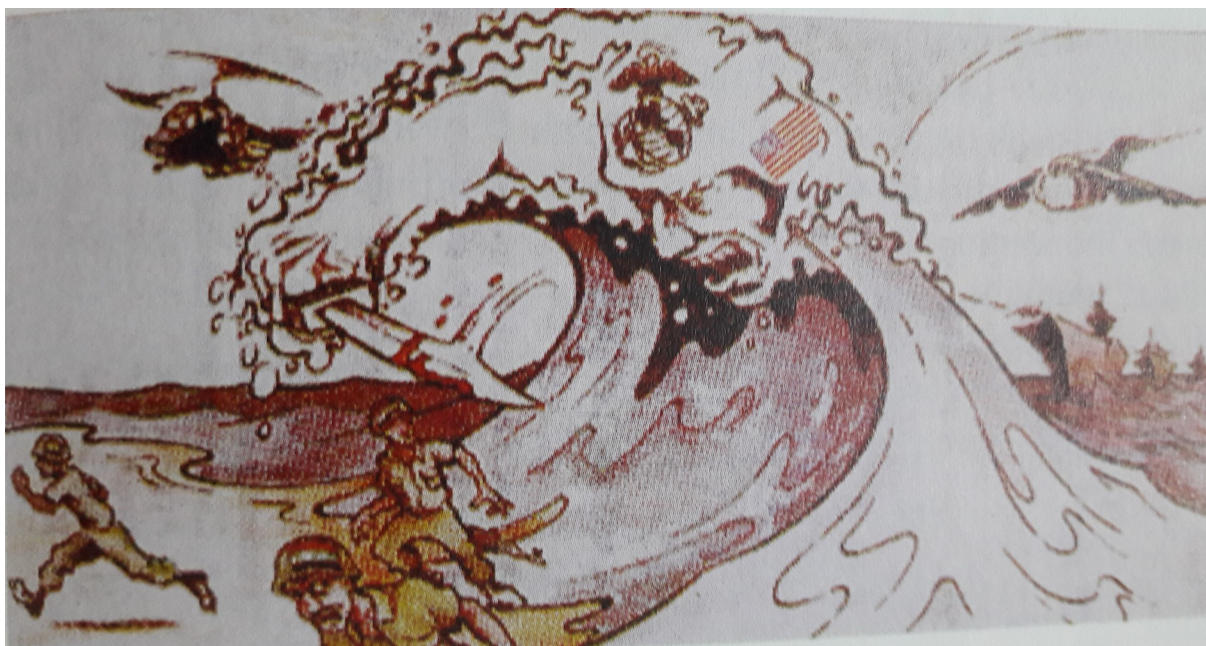


FIGURA 3 – A “Onda Gigante” da Coalizão  
Fonte: SCHUBERT; KRAUS, 1998, p. 169.

Ainda no campo da ofensiva psicológica, Saddam Hussein afirmou que após quatro dias de batalha, o Iraque havia utilizado apenas uma pequena fração de seu arsenal contra a Força de Coalizão e que suas Forças Armadas estavam intactas e prontas para uma longa guerra (BAZANTE et al., 1992).

No dia 22 de fevereiro de 1991, a mídia questionou o governo estadunidense sobre um bombardeio de um bunker de comando e controle em Bagdá. Esse Bunker, apesar de ter sido validado como alvo militar, tanto pela CIA quanto pelo DIA, constava que estavam repletos de civis quando foi atingido por bombas da coalizão. No briefing à imprensa foram dados maiores detalhes sobre o bombardeio, mas não conseguiu acalmar os jornalistas quanto a legitimidade do enquadramento do bunker como alvo militar. (PETRE, 1992).

Esse fato confirmava a estratégia de Saddam Hussein em utilizar civis e prisioneiros de guerra como “escudo humano” para defender suas instalações dos bombardeios da coalizão, conforme propagado pela Rádio Bagdá. Ainda nesse contexto, a televisão iraquiana mostrou sete pilotos da coalizão, capturados pelo Exército iraquiano, em

um interrogatório e essas imagens foram divulgadas amplamente ao redor do mundo (BAZANTE et al., 1992).

Com o desenrolar da crise, o interesse pela cobertura do que estava acontecendo no Oriente Médio ganhou mais adeptos, resultando em um novo ator para com que se preocupar, por parte do Departamento de Defesa dos EUA. A preocupação, segundo Pete Williams, porta-voz e oficial de Relações Públicas do Pentágono, se revestia de importância devido ao fato de que essa massa de repórteres tentaria vagar pela zona de combate, arriscando suas vidas e as das tropas (WILLIAMS, 1991).

No mesmo artigo, Pete Williams relata que na Operação Tempestade no Deserto, o termo mais falado para a imprensa, provavelmente foi: “Oi. Eu sou sua escolta de imprensa, e estou aqui para ajudar”. A autorização, pela Arábia Saudita, em permitir a presença de um grupo de repórteres dos EUA só seria concedida se os militares estadunidenses ficassem responsáveis pela segurança da mídia. Diante disso, foi criado o *Department of Defense National Media Pool*, uma espécie de célula de imprensa dentro da estrutura de guerra (WILLIAMS, 1991).

A criação dessa *Media Pool*, possibilitou a imposição de algumas regras, como: os relatórios escritos pelos jornalistas desses grupos estão sujeitos a uma revisão de segurança pelos militares; o *Media Pool* só poderia sair acompanhado por um oficial de Relações Públicas para prover a escolta do grupo; não era permitido ao pessoal da mídia que não fosse membro do *Media Pool* atuarem em áreas avançadas; e a cobertura durante os combates só poderiam ser realizados por meio do *Media Pool* (GOEBEL, 1995).

Todo esse controle se baseava na necessidade de prover segurança ao pessoal da imprensa, evitar vazamento de informações sobre fraquezas operacionais, posições estratégicas, operações militares ou pôr em risco a vida das tropas dos EUA. Contrariando o

que muitos pensavam ser um instrumento para impedir os jornalistas de reportar incidentes negativos (GOEBEL, 1995).

Um fato que reforça a preocupação sobre a presença de jornalistas fora da *Media Pool*, era a denúncia de posição e manobras da força. O General Normam Schwarzkopf relata um episódio onde uma jornalista relata que acabara de presenciar um confronto entre a 82ª Divisão Aerotransportada estadunidense e os iraquianos. Sua preocupação foi que, caso algum Oficial de Inteligência inimigo estivesse assistindo à CNN, poderia facilmente deduzir que o confronto se tratava de uma manobra militar que eles estavam empregando, ataque pelo flanco, possibilitando o reforço por parte do Iraque naquela posição (PETRE, 1992).

Durante um de seus briefings, o General Normam Schwarzkopf verificou que os membros da imprensa estavam chateados e demonstrava certa hostilidade com o tratamento dispensado a eles. A forma como a coalizão conduzia os jornalistas, por meio da *Media Pool*, acabava por favorecer alguns em detrimento do todo, já que cerca de 75 iam para a linha de combate e cerca de 925 ficavam nas bases sem nada para fazer. A principal queixa era por parte das informações repassadas pela CNN, que, segundo alguns jornalistas, reportavam imprecisamente alguns fatos para ficar com o ônus do furo (PETRE, 1992).

Inicialmente, muitas dos relatos das grandes mídias estadunidenses focaram em um ângulo negativo da participação dos EUA no conflito. A imprensa descrevia as forças e equipamentos dos EUA como vulneráveis a uma guerra no deserto e afirmava que o moral das tropas era baixo. No entanto, com a chegada dos mais diversos repórteres, das mais distintas localidades dos EUA, as notícias divulgadas por eles tiveram um foco mais humanitário, fazendo com que passassem a enviar histórias sobre o cotidiano das tropas. Quando isso aconteceu, o povo das cidades natais dos soldados se engajaram em apoio as tropas, passando a usar fitas amarelas, adesivos e enviando cartas. Diante desse comportamento da população,

o tom das grandes mídias nacionais mudou rapidamente, pois tinha se tornado inimiga pública, por não apoiar a causa e os entes queridos no conflito. Isso levou os editores a perceberem que o negativismo, neste caso, não estava mais sendo vendido (GOEBEL, 1995).

Com a proximidade do fim do conflito, o chefe de Relações Públicas do General Normam Schwarzkopf, Ron Wildermuth, informou que o *Media Pool* tinha se dissolvido: "Todos os repórteres estão indo para a cidade do Kuwait. É o símbolo que eles precisam para suas histórias e eles estão totalmente fora de controle." (PETRE, 1992).

Com os jornalistas fora das *Media Pool*, toda a informação obtida no campo de batalha seria divulgada deliberadamente; o que foi constatado pela entrevista que os jornalistas fizeram com os pilotos da Força Aérea que estavam bombardeando os comboios que fugiam do Kuwait. Episódio que ficou conhecido como "Estrada da Morte", devido à divulgação de uma cena de total devastação, com os destroços queimados de mais de mil veículos militares, caminhões civis, ônibus e carros. Era como "atirar em peixe num barril" descreveu o piloto entrevistado sobre o bombardeio. Seria isso que as pessoas ouviriam na terça-feira à noite quando ligaram seus aparelhos de TV, relatou o General Colin Powell. Embora a verdade fosse que a maioria dos iraquianos fugiram dos veículos antes do bombardeio, o que ficou para a opinião pública foi que os EUA havia cometido um assassinato em massa (PETRE, 1992).



## **4 ANÁLISE DO USO DA INFORMAÇÃO**

Nesse capítulo será apresentada a análise dos fatos relatados na pesquisa e transcrito no capítulo anterior, com o objetivo de verificar como se deu o uso da informação pelos Estados beligerantes e pela imprensa, durante a Primeira Guerra do Golfo.

De modo a alcançar o propósito do presente trabalho, dividimos o presente capítulo em duas seções. Na seção 4.1 analisaremos como o Iraque usou as informações divulgadas nos meios de comunicações para legitimar sua invasão ao Kuwait, e na seção 4.2, examinaremos o uso da informação por parte dos EUA, do Iraque e da Mídia, durante as Operações Escudo e Tempestade do Deserto. Durante o estudo desenvolvido, buscaremos verificar se elas ocorreram dentro da base teórica apresentado no segundo capítulo, para, então, respondermos ao questionamento primário desta pesquisa.

### **4.1 Análise do uso da informação para legitimar a invasão**

Fazendo uso de uma abordagem histórica, o governante do Iraque buscou influenciar o povo iraquiano a aderir à sua decisão de invadir o Kuwait, fazendo crer que o pleito atual de anexar o território invadido, nada mais era que a realização de uma aspiração ancestral dos líderes iraquianos. Ainda no campo da busca pela influência com o objetivo de legitimar sua ação, fez uso de uma massiva campanha difamatória contra o Kuwait, alegando a participação dos líderes kuwaitianos em um suposto complô imperialista-sionista contra o povo árabe.

Esse comportamento por parte do Estado do Iraque, coaduna com o objetivo da Comunicação Social em buscar a proatividade na divulgação da informação para audiências domésticas, a fim de influenciar e buscar um alinhamento de ideologia entre o governante e seus governados.

Quanto a busca pela legitimação externa, a justificativa alegada pelo Iraque para a invasão do Kuwait foi que o mesmo estava prejudicando a economia iraquiana, vendendo petróleo em quantidade e preço diferente do estabelecido pela OPEP. Essa narrativa não encontrou eco na sociedade internacional, provocando uma reação imediata, tanto no Mundo Árabe quanto no mundo ocidental, por meio da promulgação de resoluções contrárias à invasão da Liga Árabe e da ONU.

A omissão da dívida, decorrente da Guerra Irã-Iraque, nas justificativas nacionais e internacionais por parte do Iraque, mostra um hiato nas informações divulgadas. Essa lacuna, intencional ou não, revela que as informações podem sofrer um processo de crivo, conforme estabelecido na Teoria do *Gatekeeper*.

#### **4.2 Análise do uso da informação durante o conflito**

Durante as duas operações do conflito, Escudo e Tempestade do Deserto, os atores que tiveram maior relevância no uso da informação foram: o Iraque, os EUA e a Mídia.

A premissa estabelecida pelos EUA em defender a Arábia Saudita de uma invasão pelo Iraque, encontrou amparo nacional e internacional, ao propagandear que o objetivo do Iraque era implementar um programa expansionista no Oriente Médio. A utilização dessa propaganda de conter o expansionismo iraquiano, possibilitou aos EUA formar uma Força de Coalizão.

A forma como o Iraque conduziu a invasão, utilizando-se de uma força militar muito superior ao do Kuwait, tendo o cuidado em não promover um número significativo de baixas e estabelecendo um governo provisional livre, mostra uma preocupação no que diz respeito à aceitação pelo povo kuwaitiano do invasor. É possível que essa ação, tenha influenciado as emoções e um raciocínio lógico dos governantes do Oriente Médio, onde verificamos que na votação de uma resolução da Liga Árabe, que reprovava a invasão do Kuwait, a aprovação contou com apenas 12 dos 21 votos.

A percepção desse resultado “dividido” entre os membros da Liga Árabe, foi aproveitado pelo líder iraquiano para divulgar um comunicado pela TV, em que conclamava os árabes e muçulmanos para realizar a “Guerra Santa”.

Para se contrapor à “Guerra Santa”, Bush estabeleceu a sua “Guerra Justa” na arena midiática dos motivos religiosos do conflito. Essa abordagem mais direta ao ditador, adotado pelo Presidente Bush, foi estabelecida em decorrência da informação passada pelo General Normam Schwarzkopf, onde vislumbrava que o centro de gravidade do Iraque estava concentrado em Saddam Hussein.

No terreno, o envio e posicionamentos das tropas da Força de Coalizão iam no sentido oposto a uma resolução pacífica da crise. De um lado, o Presidente Bush divulgava que o objetivo era defender o território da Arábia Saudita, mas o próprio congresso estadunidense questionou a real intenção do Presidente em decidir sozinho uma ação militar. Esse comportamento despertou um sentimento contrário ao que estabelece a Comunicação Social quanto à clareza e precisão das informações divulgadas.

No Campo da intimidação e demonstração de força, com o objetivo de estabelecer e reforçar as percepções, a realização de exercícios de desembarque de fuzileiros navais nas

proximidades do Kuwait, por parte dos EUA, e da simulação de ataque químico pelo Iraque, foram noticiados pelos meios de comunicações de forma ostensiva.

O início do confronto entre as forças militares foi noticiado pelos meios de comunicações para todo o mundo. O longo período de negociação diplomática para a saída do Iraque do território kuwaitiano e a quantidade de jornalistas interessados na cobertura do conflito, fez com que a ofensiva da Força de Coalizão não obtivesse o princípio da surpresa.

Ao olharmos as fases da Operação Tempestade do Deserto, verificamos que das quatro etapas componentes, três foram realizadas por meios aéreos e suas bombas. Essa preponderância das ações aéreas estava alinhada com as propagandas divulgadas pelos meios de comunicações da chamada guerra das bombas “inteligentes” e bombardeios cirúrgicos, o que possibilitou em uma percepção inicial de que a guerra seria desenvolvida com um número inexpressivo de baixas.

A cobrança de um resultado positivo esperado pela imprensa fez com que o General Normam Schwarzkopf passasse aos repórteres uma percepção de importante sucesso militar, porém, o que realmente acontecia era que os ataques não enfraqueceram substancialmente a eficácia de combate das forças terrestres iraquianas. Assim, ao não precisar a informação passada, o General Normam Schwarzkopf viu sua credibilidade se tornar passível de questionamentos quanto à veracidade das informações.

Como tentativa de estender a guerra para todo o território do Oriente Médio, o Iraque realizou um bombardeio contra Israel, em que, apesar de não utilizar armas químicas, declarou que o uso desse tipo de artefato caberia somente a Bagdá decidir seu emprego. Embora essa ação pudesse ter tido como resultado dois objetivos, efeito psicológico na Força de Coalizão e simpatia de alguns líderes de Estados Árabes contra o inimigo comum Israel, podemos observar que o resultado desejado não foi alcançado.

Durante o conflito, os repórteres reclamavam do comportamento dispensado a eles pelos Comandantes Militares. A queixa adivinha da forma como as informações eram passadas à imprensa, de forma imprecisa, e que, por diversas vezes, o acesso aos militares para entrevistas eram negados. Diante dessa demanda, o General Normam Schwarzkopf se viu obrigado a estabelecer diretrizes para o comportamento dos seus subordinados junto a mídia. Essa intervenção na relação entre os militares e os jornalistas, aderiu as orientações das atividades desenvolvidas pelo setor de Informações Públicas, contribuindo para uma melhor divulgação da imagem do Exército estadunidense no conflito.

As OpPsc com o objetivo de minar a liderança de Saddam Hussein junto ao seu Exército, ocorreram por meio de instalações de rádio clandestinas, agentes de inteligência, pronunciamentos do Presidente Bush em canais de TV e distribuição de panfletos intimidadores.

A promessa de utilização do “escudo humano” por parte de Sddam Hussein, se concretizou por ocasião do ataque a um banker pelas Forças de Coalizão. Esse fato gerou dúvidas quanto a legitimidade das avaliações militares quanto à validação dos possíveis alvos militares. Embora, militarmente, o ganho com a destruição do alvo trouxesse uma vantagem militar, a imprensa não ficou satisfeita com isso, acarretando em um desgaste na imagem dos militares.

A estratégia utilizada pelo Pentágono para controlar a massa de repórteres que chegavam na área do conflito, foi o estabelecimento da *Media Pool*. A necessidade de prover a segurança desses jornalistas e a preocupação em não serem divulgadas informações que comprometessem a operação, possibilitou ao Exército estadunidense uma espécie de *Gatekeeper* militar, em que só era possível mostrar e divulgar aquilo que passasse pelo crivo dos militares.

Com o passar do tempo, o conflito foi despertando um interesse cada vez maior por parte da imprensa. O interesse se traduziu em mais de mil jornalistas no local do combate, números expressivos para uma cobertura de guerra. Entretanto, se por um lado gerava mais uma demanda de controle e preocupação para a Força de Coalizão, por outro, possibilitava visões diferentes de uma mesma informação. Um exemplo disso, foi o que aconteceu no caso em que o apoio popular ao conflito forçou uma mudança na postura negativa da imprensa no que diz respeito as informações divulgadas ao público geral.

A contrapartida do não controle dos repórteres na cena de ação, fez com que a informação chegasse ao receptor de uma forma mais midiática, como foi o caso da “Estrada da Morte”, em que a falta de clareza quanto ao número de mortos fez parecer que o bombardeio dos veículos tinha sido uma carnificina. Nesse episódio, podemos verificar que os meios de comunicações em massa têm o poder de induzir percepções para a consecução dos seus objetivos.

## 5 CONCLUSÃO

No presente trabalho, procuramos investigar a forma como foram divulgadas as informações do conflito entre uma Força de Coalizão e o Iraque, Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), com o propósito de responder ao seguinte questionamento: “a informação, propagadas pelos governantes e militares dos Estados beligerantes na Primeira Guerra do Golfo, e pela imprensa, foram divulgadas de forma imparcial e completa?”

Analisamos, assim, os pronunciamentos dos governantes, as intenções e ações do Comandante da Força de Coalizão e as notícias divulgadas pelos meios de comunicações, envolvidos no conflito.

Para atingirmos o propósito que nos propomos, constatamos a necessidade de entendermos como funciona o ambiente por onde a informação transita, com um destaque para a dimensão informacional.

Em seguida, identificamos as Capacidades Relacionadas à Informação, Operações Psicológicas e Comunicação Social, que nos ajudaram em um melhor entendimento das ações desencadeadas pelas partes conflitantes.

Ainda no campo da conceituação necessária a um bom desenvolvimento do nosso estudo, apresentamos a ferramenta Comunicação em Massa e a atividade *Gatekeeper*, para possibilitar ao leitor uma aproximação ao meio jornalístico.

Por conseguinte, identificamos e descrevemos os fatos relevantes do conflito armado estudado, cuja análise irá possibilitar que alcançamos a resposta da nossa pesquisa.

Utilizando como apoio os conceitos sugeridos na literatura, buscamos expor os dados pesquisados e averiguar se a informação, propagadas pelos governantes e militares dos Estados

beligerantes na Primeira Guerra do Golfo, e pela imprensa, foram divulgadas de forma imparcial e completa, de acordo com o que está previsto na bibliografia.

Ao estudarmos a aplicabilidade das ferramentas capazes de manipular e divulgar as informações, foi possível observar que o público-alvo dessas ações permeavam na trindade paradoxal de Clausewitz, o povo, os militares e o governo, sendo a imprensa o principal canal por onde essa informação trafega.

Nesse sentido, verificamos que a informação que foi passada pelo governo de Saddam Hussein para o seu povo, quanto ao pleito histórico de retomada do Kuwait, foi disseminada de forma parcial e incompleta. Entretanto, o objetivo de legitimar, internamente, a sua ação foi alcançado. Cabendo uma ressalva sobre a subjetividade que podemos inferir na legitimidade em um regime ditatorial.

Ao observarmos o esforço dos EUA para legitimar suas ações, foi possível constatar que a alegação de proteger o território da Arábia Saudita, conseguiu aderência nacional e internacional. Porém, assim como Saddam Hussein, essa narrativa do Presidente Bush não foi totalmente imparcial e completa.

Nos voltando para a imprensa, as notícias iniciais propagadas pelos meios de comunicações, nos permite constatar que a compulsória subserviência da mídia ao controle dos militares, fez com que o enquadramento do conflito ficasse restrito. Porém, a desobrigatoriedade em permanecer no sistema de *Media Pool*, não foi capaz de proporcionar uma divulgação completa e imparcial dos fatos.

Sendo assim, concluímos que a informação, propagadas pelos governantes e militares dos Estados beligerantes na Primeira Guerra do Golfo, e pela imprensa, foram divulgadas de forma parcial e incompleta.



Dessa maneira, a pesquisa mostrou a importância que deve ser dada as atividades e ferramentas capazes de gerenciar a enorme oferta de informações no mundo atual, permitindo orientar as ações militares para a consecução dos seus objetivos junto ao seu público-alvo.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, como utilizar as novas mídias de divulgação, como por exemplo as redes sociais, na condução da cobertura dos conflitos armados.

## REFERÊNCIAS

BAZANTE, Violeta et al. **Tormenta del desierto**: diario de una guerra. Quito: Quipus, 1992. 546 p.

BRASIL, Estado-Maior da Armada. **EMA-335. Doutrina de Operações de Informação**. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército Brasileiro. **EB20-MC10.213. Manual de Campanha: Operações de Informação**, 1ª ed. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/2594/1/EB20-MC-10.213.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2019.

BROWNE, MALCOLM W.. Invention That Shaped the Gulf War: the Laser-Guided Bomb. **The New York Time**, Nova York, 26 fev. 1991. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1991/02/26/science/invention-that-shaped-the-gulf-war-the-laser-guided-bomb.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CASSAL, Sueli Barros. **A Arte da Guerra**. Porto Alegre: L&pm Pocket, 2000. 152 p.

DANNREUTHER, Roland. **Adelphi papers: the gulf conflict: A political and strategic analysis**. London: Nuffield Press, 1992. 88 p.

EUA, **Joint Publication 3-13: Informations Operations**. Change 1. Washington, 2014. Disponível em: <[http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3\\_13.pdf](http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_13.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Joint Publication 3-13.1: Joint Doctrine for Command and Control Warfare (C2W)**. Change 1. Washington, 1996. Disponível em: <[http://www.iwar.org.uk/rma/resources/c4i/jp3\\_13\\_1.pdf](http://www.iwar.org.uk/rma/resources/c4i/jp3_13_1.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Joint Publication 3-13.2: Military Information Support Operations**. Change 1. Washington, 2011. Disponível em: <[https://www.bits.de/NRANEU/others/jp-doctrine/JP3-13.2C1\(11\).pdf](https://www.bits.de/NRANEU/others/jp-doctrine/JP3-13.2C1(11).pdf)>. Acesso em: 19 maio 2019.

GOEBEL, DOUGLAS J.. Military-Media Relations: The Future Media Environment and its influence on Military Operations. **Air War College**, Alabama, abr. 1995. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a328815.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

GOMES, Marcelo Silva. O Rumo das Operações Conjuntas nas Vias da Informação. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 23-29, jan./jun. 2013.

KARSH, Efraim; RAUTSI, Inari. **Saddam Hussein: uma biografia política**. Nova Iorque: Editora Grove, 2002. 320 p.

MARTINS, BILLY. Veja as primeiras imagens da Guerra do Golfo (1991). 2010. (4m39s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LPRy5sQxMRw>>. Acesso em: 27 maio 2019.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. 237 p.

PETRE, Peter. **It doesn't take a hero**. New York: Bantam Books, 1992. 625 p.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editora Presença, 2003. 254 p.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Theresa L.. **Tempestade do Deserto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 408 p.

VALLS, FRANCESC. Entre la guerra justa y la 'yihad': Los presidentes de Irak y EE UU recurren a los textos sagrados para legitimar sus acciones bélicas. **El País**, Barcelona, 12 fev. 1991. Disponível em: <[https://elpais.com/diario/1991/02/12/internacional/666313212\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1991/02/12/internacional/666313212_850215.html)>. Acesso em: 19 maio 2019.

WATSON, RUSSELL. Crisis in the Gulf: War Path. **Newsweek**, Nova York, 26 out. 1990. Disponível em: <<https://www.newsweek.com/crisis-gulf-war-path-206032>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

WILLIAMS, PETE. The Press and the Persian Gulf War. **Defense Technical Information Center**, Virgínia, 1991. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a512306.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.